

ENCONTROS ALCULTUR 2008

Sessão Temática 4

*Emprego, condições de trabalho e estatuto profissional dos profissionais das artes e da cultura*

– Centro Cultural Vila Flor, Guimarães, 22 de Fevereiro de 2008 –

Comunicação de Teresa Duarte Martinho\*

*As profissões da cultura na administração pública*

A temática do trabalho no sector cultural tem vindo a adquirir no cenário português, bem como noutros países, um crescente destaque, o qual é indissociável dos seguintes aspectos<sup>1</sup>.

Em primeiro lugar, aponte-se o gradual reconhecimento da cultura, enquanto área de intervenção das políticas públicas, aos níveis da administração central e local.

Um segundo factor da centralidade da temática do emprego no sector cultural é a crescente importância das actividades culturais para o desenvolvimento económico e para as estratégias de qualificação dos territórios.

Em terceiro lugar, sobressai a intensificação da actividade das estruturas do terceiro sector (associações, fundações, cooperativas) no campo cultural.

Por outro lado, é de salientar o significativo crescimento do emprego no sector cultural e, logo, a maior expressão desta área no total do emprego.

Um quinto aspecto refere-se ao aumento e diversificação da formação em áreas culturais especializadas.

Um último aspecto assinala a acrescida atenção, por parte de governos, partidos políticos e associações profissionais, conferida às condições de exercício do trabalho cultural e às necessidades de regulação em dimensões, entre outras, como a certificação profissional e os regimes contratuais.

Do anterior conjunto de aspectos, saliente-se o crescimento do emprego no sector cultural, tomando por referência a evolução verificada entre 1991 e 2001 (reconstituída a partir da informação proveniente dos *Censos do INE*). No caso de Portugal, ainda que constitua um dos países com menor volume de trabalhadores culturais, não deixa de ser muito significativo o aumento do número de profissionais do sector na década de 90, especialmente no que respeita a actividades relacionadas com as artes do espectáculo.

Um dos traços distintivos do sector da cultura é o facto de o trabalho cultural no sector público e no terceiro sector manifestar uma forte dependência da evolução dos orçamentos públicos e das políticas elaboradas pela tutela da cultura – em articulação ou não com outras tutelas ministeriais, designadamente os que se relacionam com a educação e o trabalho.

---

<sup>1</sup> De notar que esta temática foi objecto de um estudo recentemente levado a cabo pelo Observatório das Actividades Culturais (OAC), a partir de uma encomenda do Ministério da Cultura. Este trabalho, cuja equipa de investigação integrámos, será publicado brevemente.

Por outro lado, enquanto empregador, o sector público detém maior protagonismo na administração local, o que se explica pela progressiva integração dos princípios de descentralização, participação e integração entre os desígnios das políticas municipais.

O domínio das bibliotecas é um dos que melhor permite objectivar a importância das autarquias enquanto empregador de profissionais da cultura. Tal encontra-se estreitamente associado à criação da que hoje é designada Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP), cuja efectiva entrada em funcionamento teve lugar em 1988 – foi neste ano que se manifestou a primeira adesão de uma biblioteca à Rede com simultânea abertura ao público. Actualmente, 85% dos municípios portugueses encontram-se abrangidos pela RNBP – ainda que em cerca de metade dos casos as bibliotecas se encontrem em fase de edificação/recuperação.

Em termos genéricos, os dados estatísticos disponíveis sobre os profissionais de informação e documentação apontam o acréscimo de oportunidades no mercado de trabalho para estes trabalhadores. Se analisarmos a evolução do pessoal ao serviço em bibliotecas detecta-se um progressivo crescimento no período de 1995 a 2002, manifestado de forma mais acentuada na segunda metade dos anos 90 (quadro nº 1). O aumento, como é possível observar, é especialmente significativo nas bibliotecas públicas, que quase duplicaram os seus recursos humanos entre 1995 e 2000.

Quadro nº 1. Pessoal ao serviço em bibliotecas por tipo e por ano (2000-2002)

Tipo	Ano		
	1995	2000	2002
Ensino superior	1.038	1.626	1.588
Públicas	1.266	2.185	2.462
Importantes não especializadas	66	107	91
Especializadas	1.305	1.247	1.266
Nacional	323	336	312
<i>Total</i>	3.998	5.501	5.719

Fonte: INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio* (1995, 2000, 2002).

Nota: Não figura informação para bibliotecas escolares.

A partir de 2003 deixaram de ser publicados dados relativos a pessoal.

Entre os factores que explicam o alargamento do mercado de trabalho para os profissionais de informação e documentação tem especial peso a implementação de projectos, como a RNBP, de incentivo ao crescimento do número de bibliotecas e de arquivos, pretendendo-se uma distribuição equitativa no território.

Uma vez que entre os requisitos de admissão à RNBP figura um número mínimo obrigatório de recursos humanos (técnicos superiores e técnicos profissionais) e não havia no mercado, em meados do anos 80 – de acordo com informação dos responsáveis pela edificação da rede de bibliotecas públicas – pessoal que assegurasse as necessidades criadas pelos novos equipamentos, foi necessário apoiar a realização de iniciativas de formação. Estas acções consistiram na frequência de cursos de especialização de pós-licenciatura na área das ciências

documentais<sup>2</sup>, maioritariamente por funcionários das autarquias, que por essa via adquiriram habilitações requeridas para o recrutamento de técnicos superiores – isto de acordo com o enquadramento legal das carreiras de profissionais de informação/documentação então em vigor<sup>3</sup>.

Na continuidade do que acima se observou, os empregadores mais prováveis para bibliotecários, arquivistas e documentalistas são as autarquias e entidades da administração central, como indiciam os dados da *Bolsa de Emprego* da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Documentalistas e Arquivistas (BAD). Da comparação entre os anos de 2001 e 2005, destacam-se: o forte aumento de oferta de vagas por parte da administração local; alguma retracção da administração central; o crescimento da oferta de emprego por parte de instituições e empresas públicas e privadas.

Ainda que a administração local se constitua, a partir dos dados disponíveis, como principal entidade empregadora de bibliotecários, importa ter em conta lacunas no que respeita a quadros de pessoal e visibilidade das bibliotecas nas estruturas orgânicas das câmaras. Tais insuficiências eram apontadas num estudo de avaliação efectuado quase dez anos após a criação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, privilegiando os aspectos relacionados com as tecnologias da informação e comunicação (Moura, 1996).

Refira-se que o mencionado estudo não teve actualização até ao presente. Permanece, pois, por conhecer na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas não só aquilo que diz respeito à evolução de aspectos então apontados como também o que se relaciona com novas dinâmicas que eventualmente tenham emergido. A falta de conhecimento refere-se também à evolução dos perfis de bibliotecários e outros profissionais das ciências da informação, cuja intervenção adquire maior centralidade numa sociedade que se anuncia cada vez mais rica em informação.

Para além destas virtualidades, um outro valor há nos profissionais das ciências da informação que vale a pena reforçar: são estes agentes com o seu trabalho e qualificações que asseguram o funcionamento qualificado de locais onde podemos continuar a exercer aquilo a que George Steiner chama “o gosto da aventura exploratória a que tantas obras ficam a dever a existência” (Steiner, 2007). As bibliotecas estão entre os lugares essenciais para o praticar.

#### Referências bibliográficas

MOURA, Maria José (1996), (coord.), SILVA, Gabriela Lopes da, FIGUEIREDO, Fernanda Eunice e CASTELEIRO, Rui Eloy Rodrigues (1996), *Relatório Sobre As Bibliotecas Públicas em Portugal*, Ministério da Cultura.

STEINER, George (2007), *O Silêncio dos Livros*, Lisboa, Gradiva.

---

\* Investigadora no Observatório das Actividades Culturais (OAC)

---

<sup>2</sup> O conceito de ‘ciências documentais’ tem sido progressivamente questionado, propondo-se, em seu lugar, uma nova designação para este campo de conhecimento: ‘ciência da informação’.

<sup>3</sup> Decreto-Lei nº 280/79, de 10 de Agosto.